



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Elsa Sofia Aranda Batista

O conceito de Justo Valor e a sua aplicação nas empresas cotadas em Portugal

O conceito de Justo Valor e a sua aplicação nas empresas cotadas em Portugal

Elsa Sofia Aranda Batista

ISCAC | 2017

Coimbra, Outubro de 2017



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Elsa Sofia Aranda Batista

**O conceito de Justo Valor e a sua aplicação nas
empresas cotadas em Portugal**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizada sob a orientação da Professora Fátima Cravo e a coorientação Professora Clara Viseu.

Coimbra, Outubro de 2017

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação representa o fim de uma etapa muito importante na minha vida e, portanto, não podia deixar de ter um espaço para agradecer a todos aqueles que me apoiaram ao longo do meu percurso e contribuíram para o meu sucesso académico.

Em primeiro lugar quero agradecer às minhas orientadoras, professora doutora Fátima Cravo e professora doutora Clara Viseu, pelos seus conhecimentos e profissionalismo, mas também pela disponibilidade, apoio e orientação que sempre me prestaram na elaboração desta dissertação.

Em segundo lugar queria agradecer à minha família, pai, mãe, mana obrigado pelo apoio e amor incondicional que me dão e pela confiança que me inculcaram ao longo dos meus anos de vida. Sei que estão orgulhosos por ter concluído mais esta etapa, mas não fui só eu que a conquistei e todas estas conquistas em parte é para vós. Obrigado por terem suportado todos os encargos dos meus estudos e por sempre me terem tentado dar o melhor, sei que é a vós que devo o facto de ser a mulher que sou hoje.

Manifesto uma gratidão especial aos meus amigos, são sem dúvida a família que eu escolhi, obrigada por acreditarem em mim quando eu própria duvido, por estarem do meu lado nos bons e maus momentos. Aos meus amigos Ribatejanos obrigada por continuarem a acompanhar o meu percurso, mesmo a vida ter-nos levado para caminhos diferentes.

Queria agradecer as minhas colegas de trabalho pelo apoio, pela amizade, pelo profissionalismo e por me terem ajudado a crescer como pessoa e a tornar-me numa boa profissional.

Muito obrigado a todos!

RESUMO

Esta investigação teve como principal objetivo analisar o conceito de justo valor, assim como a sua aplicação, enquanto método de mensuração. Pretendeu-se ainda apurar os fatores explicativos que influenciam a sua escolha como base de mensuração, analisando em particular a influência da implementação da IFRS 13.

A amostra estudada é constituída por empresas pertencentes ao Portuguese Stock Index – 20 PSI-20, e os dados referentes ao período de 2010 a 2016.

Os resultados obtidos revelam que a base de mensuração do justo valor é utilizada, em alguns ativos, verificando-se que o método do justo valor é utilizado nos ativos fixos tangíveis, sendo que na sua maioria é utilizado o método do custo histórico. Já os ativos intangíveis utilizam sempre o método do custo histórico.

Os resultados revelam que entidades com maior número de trabalhadores e um maior nível de internacionalização estarão mais predisposta a escolher o justo valor como base de mensuração para os ativos fixos tangíveis.

Esta investigação contribuiu para aprofundar conhecimento acerca do justo valor e da aplicação desta base de mensuração por parte das empresas do PSI – 20. Permitiu ainda analisar quais os fatores que influenciam a utilização ou não do mesmo. Apesar de esta investigação possuir algumas limitações, nomeadamente a reduzida dimensão da amostra, dada a pertinência desta temática sugere-se o seu aprofundamento através de uma amostra de maior dimensão, assim como a análise de outros fatores condicionantes à sua utilização.

Palavras-chave: Justo valor; IFRS 13; Custo histórico; Portuguese Stock Index – 20

ABSTRACT

This investigation's main purpose is to analyse the concept of fair value, as its application as a measurement method. Also it is intended to understand the explaining factors, which has influence on choice of fair value as measurement basis, analyzing in particular the impact of IFRS 13 implementation.

The sample it's composed by companies included in Portuguese Stock Index 20, and the data refer to the period in between 2010 and 2016.

The results show that companies with larger number of employees and a bigger level of internationalization are the more likely to chose fair value as measurement basis for tangible fixed assets.

The results show that the fair value measurement basis is used in some assets, and it is verified that the fair value method is used in tangible fixed assets, and most of the historical cost method is used. Intangible assets always use the historical cost method.

This investigation contributes to deepen the knowledge about fair value its application as a measurement basis in companies of PSI – 20. It also allowed analyzing which factors have influence on its utilization. Despite the fact this investigation have some limitations, as the reduced size of the sample, given the relevance of this theme, it's suggested further investigation, using for example a bigger sample and it's also suggested the analyses of other factor conditioning its utilization.

Keywords: Fair value; IFRS 13; Historical cost; Portuguese Stock Index – 20

ÍNDICE GERAL

1	Introdução	1
2	Revisão da Literatura	3
2.1	A Contabilidade	4
2.1.1	O Conceito	4
2.1.2	O Objetivo da contabilidade	4
2.1.3	Reconhecimento Contabilístico	5
2.1.4	Mensuração Contabilística.....	6
2.2	Características qualitativas das demonstrações financeiras	7
2.3	As bases de mensuração e as características qualitativas da informação financeira	10
2.4	Conceito de Justo Valor	12
2.4.1	Mensuração do Justo Valor.....	13
2.4.2	Divulgação	16
2.5	Argumentos a favor e contra a utilização do método do justo valor.....	18
2.5.1	Argumentos a favor da utilização do método do justo valor	18
2.5.2	Argumentos contra a utilização do método do justo valor	19
2.6	Estudos Empíricos.....	20
3	Objetivos do Estudo.....	23
4	Metodologia de investigação	24
4.1	A amostra	24
4.2	Método de pesquisa e instrumento de recolha de dados	24
4.3	Caraterização da amostra	24
4.3.1	Estatísticas descritivas das variáveis independentes.....	25
4.3.2	Aplicação do justo valor	26

4.4	Análise e discussão dos resultados.....	27
4.4.1	Testes de hipóteses.....	27
4.4.2	Modelos empíricos.....	36
5	Conclusão.....	41
6	Limitações e linhas de investigação futura	42
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 4.1 Distribuição de frequências das variáveis localização, idade e setor de atividade.....	25
Tabela 4.2 Estatísticas descritivas.	26
Tabela 4.3 Aplicação do justo valor nas variáveis analisadas.	26
Tabela 4.4 Teste à normalidade de Kolmogorov-Smirnov.....	27
Tabela 4.5 Teste de Mann-Whitney - Valor do ativo total.	29
Tabela 4.6 Teste de Mann-Whitney – Internacionalização.	30
Tabela 4.7 Teste de Mann-Whitney - N.º total de trabalhadores.....	31
Tabela 4.8 Teste qui-quadrado ao tipo auditor.	32
Tabela 4.9 Teste de Mann-Whitney - Valor de mercado.....	33
Tabela 4.10 Teste de Mann-Whitney – Idade.....	34
Tabela 4.11 Teste qui-quadrado à introdução da IFRS 13.	35
Tabela 4.12 Variáveis explicativas	36
Tabela 4.13 Resultado do modelo <i>logit</i> com dados em painel	37
Tabela 4.14 Teste de verossimilhança.	37

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

IASC - *International Accounting Standards Committee*

AAA - *American Accounting Association*

AFT - Ativo Fixo Tangível

CFA - *Institute for Financial Market Integrity*

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

EC - Estrutura Conceptual

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standard*

KPMG - KPMG - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade

POC - Plano Oficial de Contabilidade

PSI - Portuguese Stock Index

ROE - *Return On Equity*

SABI - Sistema de Base de Dados Ibérico

SEC - Securities and Exchange Commission

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

1 Introdução

A crescente internacionalização das empresas e a globalização da economia originaram mudanças na contabilidade. Consequentemente, os organismos de harmonização e normalização contabilística foram forçados a adotar um sistema transnacional.

Em 2002, o regulamento da Comunidade Europeia (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu decretou a obrigatoriedade de adoção das normas internacionais de contabilidade (NIC) por todas as empresas cotadas, de forma a promover a comparabilidade entre elas.

No que respeita ao processo de elaboração das demonstrações financeiras, existe mais do que uma opção aquando da seleção do método de mensuração contabilística, sendo os dois métodos mais utilizados o custo histórico e o justo valor. Ao custo histórico é atribuído como principais vantagens a fiabilidade e a objetividade, sendo que as principais desvantagens são a falta de relevância e o distanciamento dos valores de mercado. Por outro lado, o Justo valor é visto como o que se aproxima mais do valor de mercado, tendo como principais vantagens a relevância e a comparabilidade e, como desvantagem, a subjetividade e falta de fiabilidade.

O Justo Valor na contabilidade não é um termo novo, tendo sido utilizado no passado. No entanto, a mensuração pelo justo valor, devido à recente crise financeira, voltou a ser um tema de debate entre académicos, banca, preparadores das demonstrações financeiras e organismos reguladores (Morais, 2013). Contudo, o justo valor está longe de reunir opiniões consensuais e muito se tem escrito sobre as vantagens e desvantagens da aplicação desta base de mensuração.

Assim, foi divulgada a IFRS 13 tendo como objetivo aumentar a consistência do justo valor, ao estabelecer uma definição única e passando a constituir o referencial técnico para os requisitos de mensuração e divulgação do justo valor, a aplicar de forma transversal para ativos e passivos mensurados ao justo valor, no âmbito das normas em vigor.

A presente dissertação pretende explorar o conceito do justo valor assim como a sua aplicação, enquanto método de mensuração, nas entidades que integram o Portuguese Stock Index – 20 (PSI-20). Assim, como os fatores explicativos de natureza interna e externa que são relevantes para a escolha do justo valor como base de mensuração, nomeadamente a divulgação da IFRS 13.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro a presente introdução. O segundo, intitulado de “Revisão da literatura”, corresponde a todo o enquadramento teórico e normativo, interligando o estudo empírico desenvolvido, com o processo de normalização e harmonização contabilística e com as bases de mensuração custo histórico e justo valor. O terceiro capítulo, designado de “Objetivos do estudo” apresenta e explicita os objetivos do estudo. No quarto capítulo, denominado “Metodologia de Investigação” é apresentada e caracterizada a amostra, os métodos de pesquisa, assim como os instrumentos de recolha e tratamento dos dados. Neste capítulo apresentam-se ainda os testes e os modelos empíricos associados a cada uma das hipóteses, com a respetiva apresentação e discussão dos resultados obtidos. Por fim, no quinto e último capítulo apresentam-se as conclusões, assim como as limitações inerentes a esta investigação e sugerem-se ainda algumas linhas de investigação futura.

2 Revisão da Literatura

Ao longo da história a contabilidade tem vindo a apresentar um desenvolvimento extraordinário. A sua evolução acompanhou o ritmo das mudanças económicas, sociais e culturais da sociedade, pelo que podemos reconhecer que a história da contabilidade está profundamente associada à história da civilização.

O sistema contabilístico tornou-se complexo e sofisticado para acompanhar a complexidade da economia atual. Mas esta evolução não aconteceu uniformemente nos diferentes países. Ela foi influenciada, não apenas por fatores económicos, mas também pela forma como a sociedade está organizada e regulamentada.

Há algumas décadas atrás poder-se-ia afirmar que existiam tantos sistemas contabilísticos quantas as nações, o que dificultava a realização de análises comparativas eficazes por parte daqueles que utilizavam e preparavam a informação financeira. Contudo, o ambiente de crescente internacionalização das empresas e a globalização da economia tornaram-se incompatíveis com as divergências contabilísticas nos sistemas contabilísticos dos diferentes países. Consequentemente, os organismos de harmonização e normalização contabilística foram forçados a adotar um sistema transnacional que proporcionasse informação financeira credível, compreensível e comparável entre as diferentes nações (Rodrigues, 2016).

A globalização tornou inaceitável a existência de diferentes modelos contabilísticos com diferentes resultados, consoante o país. Neste contexto, o IASB avançou com um programa de revisão das normas internacionais de contabilidade até então emitidas.

Em 1977 foi introduzido em Portugal o Plano Oficial de Contabilidade (POC). Este sofreu alterações com a entrada de Portugal na União Europeia, o que obrigou à transposição da 4ª Diretiva e da 7ª Diretiva comunitárias, sendo a primeira relativa às contas individuais e a segunda as contas consolidadas. Em 2002, um Regulamento da União Europeia decretou a obrigatoriedade de adoção das normas internacionais de contabilidade (NIC) por parte de todas as empresas cotadas, na elaboração das suas contas, entrando em vigor em Portugal no ano de 2005. Posteriormente, em 2009, o POC foi revogado, tendo a Comissão de Normalização Contabilística emitido o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), baseado nas Normas do IASB (Rodrigues, 2012).

2.1 A Contabilidade

2.1.1 O Conceito

A palavra Contabilidade provêm etimologicamente de conta, que por sua vez deriva de cômputo, originária do latim *computum*, que significa cálculo, contagem. Contudo existem dicionaristas que consideram que, nós portugueses, a adotámos do francês *comptabilité* (António Borges, 2010). O significado de contabilidade é caracterizado por alguma indefinição. Num dicionário escolar esta é referida como o conjunto de registos, um trabalho relativo aos registos e o estudo de meios e técnicas usadas nas funções de orientação, controlo e registo dos atos e factos de uma administração económica (Carqueja, 2007). Assim é possível afirmar que as palavras contabilidade, conta e contagem, têm todas a mesma raiz e que a contabilidade nasceu de uma necessidade prática: de registar de maneira mais perdurável do que a memória, certos factos da vida económica (António Borges, 2010).

De acordo com “A Statement of Basic Accounting Theory” emitida pelo American Accounting Association (AAA), em 1966, a Contabilidade “... é o ato de registar, classificar e sumariar de uma forma organizada e em termos de unidades monetárias, as transacções e eventos que são, pelo menos em parte, de natureza financeira de forma que permita a sua interpretação subsequente”. A mesma entidade anos mais tarde defende que a contabilidade era uma atividade cuja “... função é a de fornecer informação quantitativa, em primeira instância de natureza financeira, sobre entidades económicas, que se assume como sendo útil na formulação de decisões de natureza económica...”

Contudo, o conceito de contabilidade evoluiu, passando de uma atividade de mero registo de transações para uma função mais complexa, como a de facultar informação sistematizada de modo a suportar a tomada de decisões (António Borges, 2010).

2.1.2 O Objetivo da contabilidade

A contabilidade nos dias de hoje é considerada como um sistema de informação indispensável para a tomada de decisões. Podemos, por isso, dizer que é a contabilidade que estabelece a ligação entre a organização e os utilizadores dessa informação. Mas, para que a informação contabilística seja útil, ela deverá ser elaborada de acordo com os princípios e regras estabelecidos pelos organismos de normalização contabilísticas. Só assim é garantida a objetividade e credibilidade da informação divulgada.

Segundo Cravo, (1990) o *“objetivo básico da Contabilidade implica que o “produtor” da informação tenha como função facultar ao destinatário o maior número possível de informações, que este combinará da forma que julgar mais apropriada face aos objetivos que pretenda atingir”*.

Também o §12 da Estrutura Conceptual¹ do SNC estabelece que o objetivo das demonstrações financeiras é o de *“proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas”*

No seu §9 considera ainda que nos utentes interessados nas demonstrações financeiras estão incluídos os investidores atuais e potenciais, empregados, mutuantes, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, Governo e seus departamentos e o público em geral.

Assim, a contabilidade é, atualmente, vista como um instrumento importante para a tomada de decisão.

2.1.3 Reconhecimento Contabilístico

A escrituração é a linguagem segundo a qual se exprime a contabilidade. Trata portanto do registo dos dados de uma empresa, quer para a tomada de decisões, como para o planeamento, controlo de recursos e a avaliação do desempenho. Neste sentido, o reconhecimento é o processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados um elemento que satisfaça a definição de uma classe e satisfaça os critérios de reconhecimento. Reconhecer um elemento nas demonstrações financeiras é, pois, proceder ao registo numa classe de valores, isto é, numa conta (António Borges, 2010).

A estrutura conceptual no seu § 80 define reconhecimento como *“o processo de incorporar no balanço e na demonstração de resultados um item que satisfaça a definição de um elemento e satisfaça os critérios de reconhecimento.”*

Um item que satisfaça a definição de uma classe só ocorre o reconhecimento desse item se *“for provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade e o item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.”* (Estrutura Conceptual, §81).

¹ Aprovado pelo decreto-lei n.º158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo decreto-lei 98/2015, de 2 de Junho

Assim, os elementos das demonstrações financeiras devem ser reconhecidos quando cumprem os critérios estabelecidos na estrutura conceptual §49:

Um ativo “*é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros.*”

Um passivo “*é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da entidade incorporando benefícios económicos.*”

O capital próprio “*é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzir todos os seus passivos.*”

Os rendimentos “*são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio.*” (Estrutura Conceptual, §69).

Os gastos “*são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deprecimentos de ativos ou na incorporação de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio.*” (Estrutura Conceptual, §69).

Apresentados os conceitos de ativos e passivos importa também expor os critérios que devem ser usados na sua mensuração.

2.1.4 Mensuração Contabilística

Quando um ativo ou passivo é reconhecido no balanço é necessário atribuir-lhe um valor, isto é, mensura-lo. Assim, quando a mensuração² é efetuada no momento do reconhecimento é designada por mensuração inicial. Após o reconhecimento a entidade deve identificar as alterações a reconhecer nos ativos ou passivos- sendo Este procedimento é designado por mensuração subsequente.

² A estrutura conceptual, §97 define mensuração como “*o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração de resultados. Isto envolve a seleção da base particular de mensuração*”.

Desta forma, contabilisticamente, mensurar consiste no processo de atribuir aos ativos quantias monetárias significativas, sendo os princípios dessa mensuração (avaliativa) baseados em importâncias de troca, que, aliás, surgem das operações da empresa para com outras entidades e destas para com a empresa (operações externas). Por conseguinte, estas operações são suscetíveis de mensurações (monetárias), acontecendo o mesmo com as operações internas (operações de conversão de ativos) (Machado, 1998).

No seguimento desta temática, torna-se imperativo abordar também as diferentes bases de mensuração existentes: o custo histórico e o justo valor, sendo que esta última terá maior ênfase neste trabalho e será analisada em maior profundidade.

2.1.4.1 Bases de Mensuração

Custo histórico

De acordo com a estrutura conceptual § 98, nesta base de mensuração *“Os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos provenientes recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.”*

Justo Valor

A base de mensuração do justo valor é a *“quantia pela qual um ativo podia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.”* (Estrutura Conceptual, §98)

2.2 Características qualitativas das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras proporcionam informação diversificada. A posição financeira da organização é fornecida pelo Balanço, enquanto, o desempenho é principalmente fornecido pela demonstração dos Resultados. Já as alterações na posição financeira de entidade podem ser proporcionadas pela demonstração dos fluxos de caixa.

Assim, a informação a disponibilizar nas demonstrações financeiras deve preencher determinados requisitos qualitativos, tornando-a útil aos utentes. Os atributos que tornam com que a informação financeira seja útil chamam-se características qualitativas.

Neste contexto, assumimos que um relato financeiro de qualidade é aquele cujas características da informação financeira seguem o estipulado na estrutura conceptual do SNC(Lopes, 2013) .

A estrutura conceptual considera quatro características qualitativas: a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade.

2.2.1.1 Compreensibilidade

A estrutura conceptual (EC) no §25 define compreensibilidade como “ *uma qualidade essencial da informação financeira é a de que ela seja rapidamente compreensível pelos utentes. Para este fim, presume-se que os utentes tenham um razoável conhecimento das atividades empresariais e económicas e da contabilidade e vontade de estudar a informação com razoável diligência. Porém, a informação acerca de matérias complexas, a incluir nas demonstrações financeiras dada a sua relevância para a tomada de decisões dos utentes, não deve ser excluída meramente com o fundamento de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes.*”

Desta forma, a informação proporcionada nas demonstrações financeiras deve ser prontamente compreendidas pelos utentes (Rodrigues, 2016).

2.2.1.2 Relevância

A informação é relevante quando influencia a decisão económica dos utentes das demonstrações financeiras (António Borges, 2010). A relevância é o principal requisito qualitativo da informação contabilística. Significa que esta deve basear-se ou estar ligada à utilidade que vai produzir (Machado, 1998).

A estrutura conceptual do SNC nos §26 a §28, refere que a informação contabilística é relevante “*quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar acontecimentos passados, presentes ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas.*”

Assim, a relevância da informação deve ter em conta uma dupla perspetiva que é a tempestividade e o conteúdo. A informação deve estar disponível a tempo útil, ou seja

quando possui a capacidade de influenciar os utilizadores na tomada de decisão, verificando-se assim o requisito da tempestividade.

Relativamente ao conteúdo da informação, imaginemos, a título de exemplo, uma empresa que não divulga a existência de um processo judicial que não foi objeto de provisão. Desta forma, a empresa fornece informação irrelevante e omite informação que pode originar uma significativa volatilidade nos resultados futuros, podendo considerar-se assim a não observação da característica qualitativa da relevância (Rodrigues, 2016).

2.2.1.3 Fiabilidade

A informação contabilística é fiável quando está isenta de erros materiais e de preconceitos, permitindo aos utentes depender dela, ao representar fidedignamente o que ela é, ou o que pretende representar ou ainda o que pode razoavelmente esperar-se que represente. Os factos operacionais sujeitos a escrituração devem ser de determinação objetiva e suscetível de verificação (Machado, 1998).

A estrutura conceptual § 31 menciona que “ *a informação tem qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes dela possam depender ao representar fidedignamente o que ela ou pretende representar ou pode razoavelmente esperar-se que represente.*”

Neste sentido, a contabilização deve ser baseada em operações, mas na falta destas, ela baseia-se em estimativas (Machado, 1998). Contudo, a maior parte da informação corre o risco de não representar fidedignamente as transações e acontecimentos que ela possa representar (António Borges, 2010). Assim, a contabilidade deve ser suportada por documentos, caso estes não existam os fenómenos empresariais devem ser suportados por documentos preparados internamente de forma a permitir a verificabilidade (Machado, 1998). Os revisores de contas têm assim o importante papel de assegurar a fiabilidade da informação financeira (Rodrigues, 2016).

2.2.1.4 Comparabilidade

Relativamente à comparabilidade a estrutura conceptual §39 refere que “ *Os utentes têm de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo a fim de identificar tendências na sua posição financeira e no seu desempenho. Os utentes têm de ser capazes de comparar as demonstrações financeiras de diferentes*

entidades a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações na posição financeira.”

2.3 As bases de mensuração e as características qualitativas da informação financeira

Neste trabalho, será analisada a forma como as bases de mensuração se inter-relacionam com as características qualitativas da informação financeira. Pretende-se também estabelecer uma relação entre as bases de mensuração do custo histórico e do justo valor, com as características da fiabilidade e relevância da informação.

Perceber qual a base de mensuração (justo valor ou custo histórico) que proporciona informação financeira mais fiável e mais relevante é ainda uma questão em aberta e para a qual não existe consenso (Carlos, Sant, & Fernandes, 2015). Desta forma, o estudo desta temática continuam a ter bastante relevância.

Na contabilidade o modelo do custo histórico sempre foi bastante utilizado, sendo este considerado o meio mais fiável de satisfazer o requisito da objetividade, requisito fundamental na contabilidade (Pinto, 2013).

Assim, uma das vantagens do custo histórico é o facto de ser uma base de mensuração objetiva, definida e verificável, estando intimamente ligado ao conceito de realização. Ou seja, implica a determinação exclusiva de resultados e não outros. (Machado, 1998).

O custo histórico é caracterizado pela objetividade e imparcialidade da informação que permite gerar. Tem por base, na maioria das vezes, documentos jurídicos que comprovam o valor das transações, fazendo com que os utilizadores da informação financeira sintam uma maior confiança (Sousa, 2011). Não assenta em conjunturas, mas sim em factos passados (Ferreira, 2009).

No entanto, apesar da base de mensuração do custo histórico ser fiável, pode, contudo, não ser economicamente relevante para os utilizadores da informação financeira, na tomada de decisões (M. Barth, 2007).

Desta forma, a relevância da informação contabilística nem sempre é a que seria desejável e muitos autores consideram que tal facto deve-se à insuficiência do custo histórico, assim como à falta de uma alternativa que garantir a objetividade da informação e, em simultâneo, uma melhoria da sua qualidade (Pinto, 2013).

Comparativamente, o justo valor é uma base de mensuração que reflete o valor de mercado, enquanto o custo histórico reflete o valor de mercado na data em que as transações ocorrem. Assim, o justo valor é considerado mais relevante do que o custo histórico porque fornece uma reflexão mais oportuna da situação económica (Carroll & Linsmeier, 1997).

Segundo Barth,(2006), o justo valor permite obter informação financeira relevante, comparável, consistente e tempestiva. O mesmo autor considera ainda que o justo valor é uma base de mensuração relevante, na medida em que reflete as atuais condições económicas, ou seja, aquelas em que os utilizadores vão tomar as suas decisões. Torna-se comparável, uma vez que o justo valor de qualquer ativo e passivo depende apenas das características desse mesmo ativo ou passivo e não das características da entidade que o detém ou quando o mesmo foi adquirido. O justo valor apresenta o mesmo tipo de informação em cada período é consistente e tempestivo porque espelha mudanças nas condições económicas(Barth, 2006).

Para O *Institute for Financial Market Integrity* (CFA Institute, 2007 ,p.8) “ a informação ao justo valor é informação mais relevante para a tomada de decisões financeiras”. Refere ainda que quando os investidores³ que não têm acesso à informação ao justo valor, fazem um esforço adicional para refazer a informação que consideram relevante para esta base (normalmente mensuradas ao custo histórico), com vista à tomada de decisões económicas.

A *Securities and Exchange Commission* (SEC) solicitou aos utilizadores das demonstrações financeiras que se pronunciavam sobre o papel da contabilidade ao justo valor e se essa contabilidade melhorava ou prejudicava a sua compreensão da informação financeira. Deste relatório conclui-se que a maioria dos utilizadores considera a contabilidade ao justo valor mais transparente, reproduzindo nas condições económicas atuais o valor dos ativos e passivos das empresas nas quais eles investem. Desta forma, consolida-se a ideia de que a suspensão da contabilidade a justo valor implicará uma perda não só de informação, mas também de confiança por parte dos mesmos (SEC, 2008).

³ Os investidores e os credores poderão ter interesse nesta base de mensuração na medida em que não serão capazes de analisar o que poderia ser realizado com a alienação de ativos separáveis, bem como saber a medida do custo de oportunidade de exploração de ativos.

Contrariamente, os defensores do custo histórico como base de mensuração, argumentam que a mensuração ao justo valor foi uma das responsáveis pela crise financeira, uma vez que a subjetividade associada a esta mensuração terá, aparentemente, distorcidos os valores reais (Barreto, Murcia, & Lima, 2012). Este é assente em perspetivas futuras que, numa forma de convencerem os investidores, incluem benefícios económicos futuros previstos, estando aqui presente a subjetividade e a incerteza (Ferreira, 2009).

2.4 Conceito de Justo Valor

O termo Justo Valor na contabilidade não é um termo novo, tendo sido utilizado no passado. No entanto, as grandes alterações, ocorridas nos últimos anos na economia global, levaram ao seu reaparecimento (Zyla, 2012 e Marra, 2016).

O Justo valor, antes da divulgação da IFRS 13, era definido como *“a quantia pela qual um ativo podia ser trocado, ou um passivo liquidado, entres partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não existe relacionamento entre elas.”* (EC, §98, e)).

A IFRS 13 foi introduzida tendo como objetivo aumentar a consistência do justo valor, ao estabelecer uma definição única e passando a constituir o referencial técnico para os requisitos de mensuração e divulgação do justo valor, a aplicar de forma transversal para ativos e passivos mensurados ao justo valor, no âmbito das normas em vigor.

O justo valor passou assim a ser definido *“como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.”* (IFRS 13, §9).

Com a emissão da IFRS 13 ocorreram inevitavelmente correções a outras normas⁴, a definição do justo valor, é assim substituída. Estas emendas verificadas nas normas pela aplicação da IFRS 13 devem entrar em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. Assim, esta Norma define justo valor, estabelecendo numa única IFRS um quadro para a mensuração pelo justo valor, exigindo ainda a divulgação das mensurações pelo justo valor (IFRS 13, §1).

⁴ Como por exemplo, nas IFRS 1, 2,3 e 5 emitidas em Outubro de 2010

Com a introdução da IFRS 13 pretendeu-se uma diminuição da subjetividade. Para tal, foi exigida uma divulgação adicional sobre a metodologia utilizada para estimar o justo valor e a motivação da utilização de determinados métodos, bem como informações adicionais sobre mudanças no justo valor referentes ao nível 3. Consequentemente, acredita-se assim que esta diminua a subjetividade. (Siekkinen, 2016).

2.4.1 Mensuração do Justo Valor

A Estrutura Conceptual, no parágrafo 97, define mensuração como “o *processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados. Isto envolve a seleção da base particular de mensuração.*”

O justo valor é uma medida de mercado, onde poderão existir algumas transações ou informações de mercado observáveis para determinados ativos e passivos, e noutros casos não. Contudo, para ambos os casos, o objetivo de mensurar pelo justo valor é estimar o preço pelo qual uma transação ordenada de venda do ativo ou de transferência do passivo ocorreria entre participantes no mercado à data da mensuração e nas condições vigentes de mercado.

Quando o preço não é observável, a entidade mensura o justo valor usando uma outra técnica de avaliação, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando a utilização de dados não observáveis.

Ao mensurar o ativo ou passivo pelo justo valor uma entidade deve ter em consideração as características destes, tais como estado, a localização e as restrições (caso existam) sobre a venda ou utilização do ativo (IFRS 13, §1,§2,§3 e §11).

A IFRS 13, no parágrafo 15, refere ainda que uma “*mensuração pelo justo valor assume que o ativo ou passivo é transacionado entre participantes no mercado numa transação ordenada de venda do ativo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado.*”

“*O justo valor é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo numa transação ordenada no mercado principal (ou mais vantajoso) à data da mensuração, nas condições vigentes de mercado (ou seja, um preço de saída), independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação.*” (IFRS 13, § 24).

De forma a aumentar a coerência e a comparabilidade da mensuração pelo justo valor e das divulgações conexas, a norma define uma hierarquia do justo valor que o classifica em três níveis:

O **nível 1** baseia-se nos preços de mercado ativo na data de mensuração, não sendo necessário qualquer ajustamento no preço. Considera-se que um mercado é ativo quando os elementos negociados são homogêneos e podem ser encontrados a qualquer momento compradores e vendedores dispostos a negociar, sendo os preços públicos. Assim, se existirem ativos ou passivos num mercado ativo que sejam idênticos aos que estão em análise, esse valor é usado como referência para valorizar o elemento em questão. No entanto, existem situações onde os valores de um mercado ativo ou passivo não traduzem o valor real do mesmo (por exemplo, eventos significativos podem fazer com que os preços de mercado oscilem por algum tempo) (IFRS 13, §76-§80)

O **nível 2** baseia-se nos preços de mercado num sentido mais alargado, este é completamente distinto dos preços referidos no nível anterior. Neste caso, existem ativos ou passivos que possuem características que direta ou indiretamente se relacionam com o elemento a mensurar, é usado esse valor como referência, ajustando-o consoante as especificidades do ativo ou passivo em questão. Esses ajustamentos podem ser justificados pelo facto de ser um mercado pouco ativo ou pelo facto de os preços, em questão, não ser os mais atualizados. Identificam direta ou indiretamente com características com o elemento a mensurar, Para esses ajustamentos, podem ser utilizados os critérios de valorimetria apresentados pela norma: aproximação de mercado, aproximação pelo rendimento ou aproximação pelo custo (IFRS 13, §62-§85)

A aproximação de mercado utiliza a informação relevante das transações de mercado dos ativos e passivos semelhantes ou idênticos aos avaliados, nos diversos mercados existentes, por exemplo. A aproximação pelo rendimento consiste no cálculo do valor presente dos cash-flows futuros expectáveis dos elementos em avaliação. Já a aproximação pelo custo, consiste no valor expectável que seria necessário utilizar para substituir o ativo ou passivo em questão

O **nível 3** é utilizado para os ativos ou passivos em que não exista um mercado ativo, nem exista uma informação disponível de um mercado recente ativo. Assim, para este caso, com a informação disponível, os avaliadores devem utilizar modelos económicos para efetuar a valorização dos elementos das demonstrações financeiras em causa, sendo

obrigatório a divulgação das metodologias utilizadas. O nível em questão é considerado com o maior risco inerente, devido ao facto de a mensuração pelo justo valor ser determinado através de técnicas de avaliação. (IFRS 13, §87-§89)

Os dados não observáveis devem ser desenvolvidos pela entidade tendo em consideração a informação disponível naquelas circunstâncias. Poderão sempre começar pelos seus próprios dados, havendo necessidade de os ajustar com a informação disponibilizada por outros participantes do mercado de forma a cumprir o objetivo da mensuração pelo justo valor (IFRS 13, § 89).

A IFRS 13 §88 menciona que “ *Uma mensuração que não inclua um ajustamento para o risco não representa uma mensuração pelo justo valor se for de esperar que os participantes no mercado procedessem a tal ajustamento ao apreçarem um ativo ou passivo*”.

Siekkinen (2016b), utilizou uma amostra de 985 empresas de 34 países, tendo como objetivo estudar duas hipóteses. A primeira hipótese pretendeu analisar se a relevância do justo valor diminui quando este decresce na hierarquia do justo valor, ou seja, do nível 1 ao nível 3. A segunda hipótese analisa se a existência num ambiente com proteção ao investidor conduz a uma diminuição na relevância do justo valor entre os níveis 1 ao nível 3. A primeira hipótese foi rejeitada, pois os resultados mostram que todos os níveis de hierarquia do justo valor segundo a IFRS 13 são relevantes para os investidores. A relevância do justo valor não decresce quando se desce na hierarquia do justo valor. Na segunda hipótese, concluiu que a relevância do justo valor está positivamente associada ao ambiente de proteção ao investidor do país de origem da empresa.

Um estudo efetuado por Teixeira (Teixeira, 2012), sobre as empresas cotadas na Euronext Lisboa, em 31 de Dezembro de 2011, revelou que 72% destas entidades, optam por utilizar o critério do custo histórico aquando da valorização dos seus ativos não financeiros assim como ativos não correntes. Ou seja, só 28% destas entidades aplicam o justo valor. Constatou-se ainda que a mensuração pelo justo valor é mais expressiva nos terrenos, edifícios e propriedades de investimento, sendo que nenhuma entidade utilizada, nos ativos intangíveis, a base de mensuração do justo valor, aplicando antes o custo histórico (Teixeira, 2012).

Este estudo refere que fatores de natureza interna como a dimensão, o número de trabalhadores e o valor de mercado, que explicam a opção pelo justo valor. Entidades de menor dimensão, com maior número de trabalhadores e com um menor valor de mercado são as mais predispostas a aplicar o justo valor.

Também (Dinis, 2013) estudou as escolhas contabilísticas das empresas cotadas na bolsa portuguesa, relativamente aos ativos fixos tangíveis. Pretendeu analisar em particular se a sua divulgação cumpre os critérios definidos pelas normas contabilísticas. A amostra utilizada correspondeu às demonstrações financeiras de 35 empresas- À semelhança da investigação anterior, (Teixeira, 2012), este autor concluiu que cerca de 60% das empresas optam pelo Custo Histórico.

Constatou ainda que o sector da empresa é um ponto de influência na opção pelo Justo Valor, sendo o sector industrial aquele em que se verifica mais. Da mesma forma empresas com o índice de alavancagem financeira maior optam mais pelo justo valor. Já a dimensão da empresa não influencia a escolha do método na contabilização.

Outro aspeto interessante prende-se com a variável ROE, pois constatou-se que esta influencia a escolha do método de contabilização dos ativos fixos tangíveis (AFT), mas de uma forma contrária ao que era esperado, ou seja, à medida que o ROE aumenta as empresas tendem a optar pelo método do custo histórico e não do justo valor(Dinis, 2013).

2.4.2 Divulgação

As entidades devem, divulgar, de maneira geral, um resumo das principais políticas contabilísticas, nas demonstrações financeiras, tais como as bases de mensuração e outras políticas usadas, que sejam significativas para a compreensão destas. Devem ainda ter em atenção, no resumo das políticas contabilísticas, aos juízos de valor que o órgão de gestão possa ter feito no processo de aplicação das normas contabilísticas, e que revelem um maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras (NCRF 1, parágrafo 45 e 46).

A IFRS 13, no parágrafo 91 define que “ *uma entidade deve divulgar informação que auxilie os utentes das suas demonstrações financeiras a avaliar os dois elementos seguintes:*

- a) *No caso de ativos e passivos mensurados pelo justo valor de forma recorrente ou não recorrente na demonstração da posição financeira após o reconhecimento inicial, as técnicas de avaliação e dados utilizados para desenvolver essas mensurações;*
- b) *No caso de mensurações pelo justo valor regulares utilizando dados não observáveis significativos (nível 3), o efeito das mensurações sobre os resultados ou sobre o outro rendimento integral do período.”*

Para cumprir os objetivos de divulgação do justo valor acima referidos, as entidades devem ter em consideração não só o nível de detalhe essencial para satisfazer os requisitos de divulgação, assim como o destaque a atribuir a cada um dos vários requisitos, o nível aplicar a em relação à agregação ou desagregação e reconhecer ainda se os utentes das demonstrações financeiras necessitam de alguma informação adicional para avaliar as informações quantitativas divulgadas (IFRS 13, § 92).

Desta forma, existe muitas vezes a necessidade de introduzir notas e quadros suplementares, assim como outras informações às demonstrações financeiras, sempre que se verifique relevante para as necessidades dos utentes destas (Estrutura Conceptual, § 21).

A mensuração tendo por base o justo valor vem reforçar a importância da informação que deve ser divulgada nas notas às demonstrações financeiras. A divulgação da informação sobre o justo valor é o que permite efetivamente ao utilizadores compreenderem as demonstrações financeiras (Morais, 2013).

WU & MORAIS (2013) efetuaram um estudo sobre o grau de cumprimento das divulgações sobre o justo valor por parte das empresas cotadas em Portugal nas suas demonstrações financeiras consolidadas nos anos 2007 e 2012. Procuraram averiguar os factores que influenciam o nível de divulgação. Estes autores constataram que a maior

parte das demonstrações financeiras destas empresas foram preparadas numa base de custo histórico, sendo que registados ao justo valor apenas estavam os terrenos e edifícios incluídos em ativos fixos tangíveis, propriedades de investimentos e ativos biológicos. Ao nível do cumprimento completo das divulgações sobre o justo valor, referem que das normas analisadas, a rubrica dos instrumentos financeiros é a que apresenta um nível mais baixo sobre o cumprimento completo das divulgações. A nível geral, as médias do cumprimento completo das divulgações sobre o justo valor são 75,81 % para o ano 2007 com 44 empresas e 79,95% em 2012 com 47 empresas. Foram ainda analisados os fatores que influenciam a divulgação, escolhendo como variáveis o ano 2007 e 2012, dimensão, rendibilidade, autonomia financeira, auditor e setor. Verificou-se que as empresas com maior dimensão e auditadas pelas *Big 4* são as que divulgam mais informação sobre o Justo Valor, os resultados referem também que a variável dimensão, ano e sector são robusta para explicar o nível de divulgação, pois são estatisticamente significativas e positivas.

2.5 Argumentos a favor e contra a utilização do método do justo valor

A mensuração pelo justo valor, devido à recente crise financeira, voltou a ser um tema de debate entre académicos, banca, preparadores das demonstrações financeiras e organismos reguladores (Morais, 2013). No entanto o justo valor está longe de reunir opiniões consensuais e muito se tem escrito acerca das vantagens e desvantagens da aplicação desta base de mensuração. Desta forma, segue-se uma exposição dos principais argumentos apresentados pela doutrina, a favor e contra a sua utilização.

2.5.1 Argumentos a favor da utilização do método do justo valor

Segundo Véron, (2008) citado por Marra, (2012), seria difícil identificar um método alternativo, que respondesse às exigências da estrutura conceptual do SNC (relevância, fiabilidade, comparabilidade e compreensão) (Lopes, 2012), como o método do justo valor.

Laux & Leuz (2009), referem que o debate em volta do justo valor levanta várias questões antigas da contabilidade, nomeadamente a relevância e a confiabilidade. Os defensores do justo valor referem que é necessário existir um *trade off* entre a relevância e a fiabilidade, ou seja, a mensuração pelo justo valor reflete os valores de mercado atuais permitindo assim que seja mais fácil de verificar e mais difícil manipular. Este método regista antecipadamente potenciais gastos ou rendimentos nas demonstrações financeiras que permite as empresas tomar medidas precoces, podendo assim evitar grandes impactos nos resultados e eventuais crises internas.

Duque (2008), defende que o justo valor é a forma mais razoável de registar os bens ativos e passivos elencados no balanço das empresas. Este refere ainda que, foi através da avaliação dos ativos e passivos, utilizando como método o justo valor, que permitiu constatar a situação financeira em que muitas instituições americanas se encontravam, em resultado de um excessivo endividamento autorizado pelas autoridades de supervisão. Assim, o justo valor veio tornar transparente a situação financeira em que muitas empresas se encontravam. O autor considera ainda que o justo valor é o método mais lúcido e transparente de divulgar “*o que temos e o que valemos*”. Obriga à divulgação da verdade e aumenta a exigência e a responsabilidade dos técnicos envolvidos.

2.5.2 Argumentos contra a utilização do método do justo valor

Apesar de todos os argumentos existentes a favor da utilização do justo valor, a sua utilização, em certas situações, pode não ser relevante. O justo valor evidencia hipotéticas transações e não transações que foram efetivamente realizadas. O facto de existir a necessidade de formular pressupostos e aplicar modelos para a estimativa do justo valor para a mensuração de ativos/passivos sem mercado ativo faz com que diminua a consistência do relato financeiro para as empresas, sendo difícil uma comparabilidade fiável da informação financeira (Morais, 2013).

A necessidade de realização de uma estimativa, é vista por muitos, como um aumento da subjetividade e que, conseqüentemente, permite a manipulação de resultados. As entidades que remuneram os seus gestores segundo um critério baseado nos resultados, tenderão a utilizar a informação para o seu próprio benefício, manipulando a informação para o exterior. Conseqüentemente, o mercado tenderá a mesurar ativos que

aparentemente são idênticos mas que efetivamente são diferentes, a necessidade de confiar nas estimativas efetuadas pelos gestores realça a assimetria de informação (Marra,2012).

Como já foi referido anteriormente, a adoção do método do justo valor é considerada por muitos como a responsável da crise financeira internacional, devido a subjetividade e volatilidade que a aplicação do conceito permite. Conclui-se que este critério foi utilizado por muitos para espelhar nas suas demonstrações financeiras, mais-valias potenciais de instrumentos financeiros, antecipando assim o futuro lucro. Obtendo assim, resultados ainda não realizados, distribuindo dividendos aos acionistas, salários e bónus aos administradores, pagando impostos sobre lucros artificiais, em prejuízo da situação financeira real da empresa (Ferreira, 2013).

2.6 Estudos Empíricos

As práticas contabilísticas encontram-se em progresso constante, sendo por isso objeto de vários estudos. Neste capítulo serão analisados alguns estudos realizados sobre a utilização do justo valor e das variáveis que podem influenciar a sua utilização.

Demaria & Dufour (2007), estudaram a opção entre o modelo do custo histórico e do justo valor em empresas francesas, no período de transição para as IAS/IFRS. Os resultados obtidos indicam que a maior parte destas empresas manteve a opção pelo critério do custo histórico como base de mensuração dos seus ativos fixos, numa atitude de clara continuidade e fidelidade ao princípio do conservantismo. Relativamente ao justo valor os resultados da amostra apontam que a escolha não está relacionada com a dimensão, com a remuneração dos gestores, o nível de endividamento e a estrutura do acionista. As empresas do sector financeiro, bancos, seguradoras, imobiliárias, entre outras tem mais tendência a optarem pelo justo valor, isto pode acontecer devido ao facto de deterem ativos mais sensíveis às variações do mercado.

No estudo de Quagli & Avallone, (2010) os autores, procuraram explicar o que leva as empresas do sector imobiliário que aplicam a IAS 40 a optar, como base de mensuração das propriedades de investimento, entre o critério de justo valor em detrimento do custo histórico. A amostra foi constituída por 76 empresas europeias do sector imobiliário de países como Alemanha, Espanha, Finlândia, França, Grécia e Suécia. Concluiu-se que aproximadamente 53% da amostra optou como base de mensuração o justo valor para as propriedades de investimento. Estes referem que as empresas do sector imobiliário

tendem a escolher o justo valor como método de mensuração, como forma de reduzir a informação assimétrica relatando o valor de mercado das suas propriedades e a rentabilidade da atividade a longo prazo. O estudo indica que quanto maior a dimensão das entidades maiores são os custos políticos, assim entidades com menor dimensão têm tendência a realizar escolhas menos conservadoras, e que a opção pela utilização do justo valor não se encontra relacionada com o nível de endividamento.

A necessidade de aplicação de modelos para a estimativa do justo valor, na mensuração de ativos/ passivos sem mercado ativo, faz com que diminua a comparabilidade fiável da informação financeira (Morais, 2013). Um estudo efetuado por Cairns, Massoudi, Taplin, & Tarca, (2010) pretendeu analisar se a mensuração pelo critério do justo valor aumentou a comparabilidade, para isso analisaram as empresas listadas no Reino Unido e na Austrália. Com uma amostra de 228 empresas, os resultados mostraram que, em relação aos instrumentos financeiros a comparabilidade da base de mensuração do justo valor em títulos disponíveis para negociação existe um aperfeiçoamento da comparabilidade entre as empresas. Em relação aos títulos disponíveis para venda e derivados as empresas apresentaram um aumento da base de mensuração do justo valor, confirmando que a IAS 39 aumentou a comparabilidade entre as demonstrações financeiras, porém verifica-se que ainda poucas empresas optam por este critério, indicando uma abordagem mais conservadora.

A IFRS 13 foi introduzida tendo como objetivo aumentar a consistência do justo valor, ao estabelecer regras únicas, de forma a aplicar a mensuração pelo justo valor de forma transversal, existindo assim uma comparabilidade mais fiável. Acredita-se que esta diminua a subjetividade ao exigir a divulgação adicional sobre a metodologia utilizada para estimar o justo valor e a motivação porque são utilizados certos métodos (Siekkinen, 2016).

Outro estudo, efetuado por Tavares, Boente, & Paulo (2013) pretendeu identificar a forma como os bancos brasileiros estavam a preparar a introdução da IFRS 13, a partir de 2013. Neste estudo foram consideradas 28 bancos brasileiros, com dados referentes ao ano 2010 e 2011, apurando no total 54 observações. Os autores constataram que o sector da banca tem acompanhando as alterações normativas e que aproximadamente 65% da amostra, indica a existência de uma adaptação retrospectiva a IFRS 13 pela maioria dos bancos brasileiros. Este resultado é considerado satisfatório visto que mais de metade dos bancos brasileiros já mensuram o justo valor pelos três níveis

hierárquicos, existindo complexidade na mensuração no nível 3, requerendo-se evidências mais detalhadas acerca destes valores.

3 Objetivos do Estudo

Tendo como fundamentação teórica o contexto descrito nos capítulos anteriores, pretende-se com este trabalho desenvolver um estudo empírico, com o objetivo de analisar os fatores que influenciam as empresas do Euronex Lisbon a optar pelo critério do justo valor como base de mensuração, dando principal ênfase à introdução da IFRS 13 em Janeiro de 2013. Nesse sentido foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Identificar nas demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao Portuguese Stock Index-20 (PSI-20), mais concretamente nos ativos fixos tangíveis, nos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos biológicos e propriedades de investimento aqueles que se encontram valorizados ao justo valor;
- ✓ Analisar os fatores que podem influenciar a decisão de optar pelo critério do justo valor como base de mensuração, tais como dimensão, nível de internacionalização, número de trabalhadores, tipo de auditor, valor de mercado e a introdução da IFRS 13.

4 Metodologia de investigação

O primeiro capítulo é constituído pela revisão da literatura, onde foram abordadas as várias teorias, estudos e normas consideradas fundamentais para a temática que vai ser estudada. Seguidamente foram mencionados os objetivos definidos.

Nos pontos seguintes será referido qual a amostra, o método de recolha de dados, as hipóteses de investigação e a metodologia aplicada

4.1 A amostra

A amostra deste estudo é constituída pelas empresas pertencentes ao Portuguese Stock Index-20 (PSI-20) sendo este constituído atualmente por 18 empresas portuguesas. O PSI-20 é a amostra do tecido empresarial português escolhido para o estudo pelo facto do mesmo ser o mais representativo das maiores empresas portuguesas. Este é um índice importante e de referência no mercado bolsista português, as empresas que o constituem foram integralmente abrangidas pelas normas internacionais de contabilidade. Os dados da amostra são referentes ao período de 2010 a 2016. Dado que existem empresas cuja data de início de cotação começou no início de 2013, estas foram excluídas da amostra. Também foram excluídas as empresas do sector da banca e as que não contêm a sede em Portugal. No total das 19 empresas foram excluídas 4, reduzindo assim a amostra para 15 empresas

4.2 Método de pesquisa e instrumento de recolha de dados

Os dados foram obtidos manualmente através dos Relatórios de Contas Consolidadas das empresas, que se encontram no *website* de cada empresa. Os outros dados referentes à localização, à idade, o número de ações, ao valor de cotação dos títulos, entre outros, foram obtidos através da base de dados Sistema de Base de Dados Ibérico (*SABI*).

4.3 Caraterização da amostra

Após a recolha dos dados, os mesmos foram analisados usando como suporte estatístico o *software* SPSS 22, que constitui o recurso informático necessário ao desenvolvimento da análise de dados.

4.3.1 Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Na tabela 4.1 apresentam-se a distribuição de frequências das variáveis: localização, idade e setor de atividade.

Tabela 4.1 Distribuição de frequências das variáveis localização, idade e setor de atividade.

Variável	Subdivisão	N	%
Localização (Localidade) N=105	Lisboa	56	53,33
	Maia	14	13,33
	Porto	21	20,00
	Outros	14	13,33
Idade (Anos) N=105	≤32	77	73,33
	>32	28	26,67
Sector de Actividade N=105	Sector Secundário	7	6,67
	Sector Terciário	98	93,33

Relativamente à localização geográfica, metade das empresas analisadas está sediada no distrito de Lisboa (53,33%), seguindo-se do Porto (20,00%), Maia (13,33%) e Outros (13,33%).

Para facilitar a análise dos dados, foram criados dois escalões de idades: empresas com até 32 anos de atividade e empresas com mais de 32 anos de atividade. Assim, com base na análise da Tabela 4.1, observa-se que 73,33 % das empresas têm até 32 anos de atividade e 26,67% têm mais de 32 anos.

Relativamente ao sector, a amostra é constituída na sua grande maioria por empresas pertencentes ao sector terciário (93,33%), sendo que uma minoria pertence ao sector secundário (6,67%).

Para caracterizar a dimensão das empresas apresenta-se, na tabela 4.2, as estatísticas descritivas do ativo total, do volume de negócios e do número total de trabalhadores.

Tabela 4.2 Estatísticas descritivas.

Medidas de estatística descritiva	Total do Ativo (Euros)	Volume de negócios (Euros)	N.º de Colaboradores
Média	1.685.545.725	865.690.994	13.633
Desvio padrão	3.743.167.134	16.432.121	21.431
Máximo	22.943.790.952	6.598.804.838	91.943
Mínimo	196.496	135.654	617
N.º de Observações	105	102	100

4.3.2 Aplicação do justo valor

Um dos objetivos deste estudo é perceber a utilização da base de mensuração do justo valor nas demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao PSI 20. Para dar resposta a esta questão foi formulada a primeira hipótese **H1: A base de mensuração do justo valor é utilizada nas demonstrações financeiras das entidades pertencentes ao PSI 20.**

Tabela 4.3 Aplicação do justo valor nas variáveis analisadas.

Variável	Subdivisão	N	%	Variável	Subdivisão	N	%
Ativos Fixos Tangíveis (N=105)	Justo Valor	18	17,14	Ativos Financeiros disponíveis P/ venda (N=105)	Justo Valor	82	78,10
	Custo Histórico	87	82,86		Custo Histórico	18	17,14
	N.A.	0	0,00		N.A.	5	4,76
Ativos Intangíveis (N=105)	Justo Valor	0	0,00	Ativos Biológicos (N=105)	Justo Valor	16	15,24
	Custo Histórico	105	100,00		Custo Histórico	7	6,67
	N.A.	0	0,00		N.A.	82	78,10
Instrumentos Financeiros Derivados (N=105)	Justo Valor	105	100,00	Propriedades de Investimento (N=105)	Justo Valor	21	20,00
	Custo Histórico	0	0,00		Custo Histórico	42	40,00
	N.A.	0	0,00		N.A.	42	40,00

De um modo geral, e como se pode verificar analisando a tabela 4.3, a base de mensuração do justo valor é utilizado como base de mensuração. Contudo, verifica-se que para a rubrica Ativos Intangíveis, as empresas da amostra analisada utiliza sempre como base de mensuração o método do custo histórico (100%), já os Instrumentos Financeiros Derivados no seu conjunto são mensurados pelo justo valor (100%). Na

amostra, os ativos financeiros disponíveis para venda são os que evidenciam utilizar mais o justo valor (78,10%). Os ativos fixos tangíveis aplicam na sua maioria a mensuração pelo método do custo histórico (82,86%), utilizando só algumas o justo valor (17,14%). Da amostra verificou-se que nem todas as empresas apresentavam na sua demonstração de posição financeira as variáveis, nomeadamente os Ativos Biológicos (78,10%) e as propriedades de investimento (40,00%). Contudo, as que apresentavam os ativos biológicos aplicavam na sua maioria o justo valor (15,28%) contra o custo histórico (6,67%), no que toca as propriedades de investimento a maioria é mensurado pelo método do custo histórico (40,00%) contra o justo valor (20,00) que tem uma percentagem menor.

4.4 Análise e discussão dos resultados

4.4.1 Testes de hipóteses

Com o intuito de aferir quais os testes estatísticos que melhor se adequam à nossa amostra efetuou-se uma análise à normalidade da distribuição das variáveis quantitativas do estudo. Uma vez que a amostra é grande ($n=105$), vamos aplicar um teste não paramétrico de ajustamento à distribuição normal, mais concretamente o teste de *Kolmogorov-Smirnov* (KS).

As hipóteses teste são:

H₀: As variáveis seguem uma distribuição normal;

H_a: As variáveis não seguem uma distribuição normal.

Tabela 4.4 Teste à normalidade de Kolmogorov-Smirnov.

	Valor do ativo total	Valor do passivo total	capital proprio total	N.º total de trabalhadores	Volume de negócios - mercado externo	Volume de negócios total	Idade em 2016	Valor de mercado
N	105	105	105	100	70	105	97	97
Estatística de teste	,326	,345	,319	,315	,259	,321	,253	,262
Significância Sig. (2 extremidades)	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c

Na tabela 4.4 verifica-se que, para todas as variáveis quantitativas analisadas verifica-se que se tem $\text{valor-p} \leq 0,05$, pelo que se rejeita a H₀. Existe evidência estatística para se afirmar que as variáveis quantitativas analisadas não seguem uma distribuição normal, pelo que os testes a aplicar serão testes não-paramétricos.

De seguida pretendeu-se verificar quais os fatores que podem influenciar a opção pelo critério de justo valor como base de mensuração. A segunda hipótese formulada é: **H2: Fatores de natureza interna e externa são relevantes para a escolha do justo valor como base de mensuração.** Das rubricas selecionadas da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, constatou-se que só podíamos verificar os fatores que podem influenciar a opção pelo critério de mensuração do justo valor para as rubricas ativos fixos tangíveis, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos biológicos e propriedades de investimento, dado que estas apresentaram os dois métodos de mensuração possível. Assim, vai considerar-se a variável dependente, aplicação do justo valor, por cada rubrica mencionada, que pode definir-se da seguinte forma:

$$\text{Aplic.JV} = \begin{cases} 0- \text{ se a base de mensuração justo valor não é aplicada} \\ 1- \text{ se a base de mensuração justo valor é aplicada} \end{cases}$$

0- A base de mensuração Justo valor não é aplicada

1- A base de mensuração justo valor é aplicada

4.4.1.1 Dimensão

Para comparar o comportamento do ativo total no grupo de empresas que aplicam o justo valor e no das que não aplicam foi utilizado o teste Mann-Whitney. As hipóteses estatísticas são:

H₀ : O valor do ativo é igual para as entidades que apliquem ou não o justo valor.

vs

H_a : O valor do ativo não é igual para as entidades que apliquem ou não o justo valor.

Tabela 4.5 Teste de Mann-Whitney - Valor do ativo total.

Valor do ativo total			
Estatística de teste:	Aplic JV AFT	Aplica JV ativos disponíveis p/ venda	Aplica JV Prop. Investimento
U de Mann-Whitney	739,000	707,000	420,000
Wilcoxon W	910,000	4110,000	1323,000
Z	-,374	-,278	-,306
Significância Sig. (2 extremidades)	,708	,781	,759

Não existe evidência estatística para se afirmar que a dimensão da empresa seja diferente entre as entidades que aplicam ou não o justo valor em ativos fixos tangíveis (U =739,00; z = - 0,374; valor-p =0,708)

Olhando agora para a relação da aplicação do justo valor nos ativos disponíveis para venda com a dimensão da empresa, tem se U = 707,00; z = - 0,278; valor-p = 0,781. Como valor-p = 0,781 > 0,05 então não se rejeita Ho. Assim sendo, tal como nos ativos fixos tangíveis não existe evidência estatística para se afirmar que a dimensão seja diferente entre as entidades que aplicam ou não a base de mensuração do justo valor.

Por último, analisando o factor dimensão das empresas com a utilização do método do justo valor como base de mensuração para as propriedades de investimento (U = 420,00; z = -0,306; valor-p = 0,759). Constatamos que não existe evidência estatística para se afirmar que a dimensão da empresa seja diferente para as entidades que aplicam ou não o justo valor nas propriedades de investimento.

Conclui-se, assim, que a dimensão da empresa não influencia a aplicação do justo valor nos ativos fixos tangíveis, ativos disponíveis para venda e as propriedades de investimento.

4.4.1.2 Internacionalização

Uma forma de se medir a variável internacionalização é pela proporção do volume de negócios com o mercado externo no volume de negócios total. (Teixeira, 2012)

Para se analisar a variável internacionalização utiliza-se o teste de Mann – Whitney, dado que se esta a falar de uma variável com distribuição não normal. Para tal definem-se as seguintes hipóteses:

H₀: O nível de internacionalização é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor.

H_a: O nível de internacionalização não é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor.

Na Tabela 4.6 encontram-se os resultados do teste de Mann – Whitney.

Tabela 4.6 Teste de Mann-Whitney – Internacionalização.

Internacionalização			
Estatísticas de teste:	Aplica JV AFT	Aplica JV ativos disponíveis p/ venda	Aplica JV Prop. Investimento
U de Mann-Whitney	294,000	290,000	332,500
Wilcoxon W	1779,000	1668,000	563,500
Z	-2,306	-2,522	-,539
Significância Sig. (2 extremidades)	,021	,012	,590

Verificando os resultados, nos ativos fixos tangíveis e nos ativos disponíveis para venda constata-se que o valor-p =0,021 e valor-p = 0,012 respetivamente. Assim, pode-se afirmar que existe evidência estatística que o nível de internacionalização não é igual para as entidades que optam por utilizar como base de mensuração o justo valor e para as que não optam, para os ativos fixos tangíveis e os ativos disponíveis para venda.

Analisando as propriedades de investimento verifica-se um valor-p > 0,05, pelo que não existe evidência estatística para se afirmar que o nível de internacionalização seja diferente entre as entidades que aplicam ou não o método do justo valor nas propriedades de investimento.

4.4.1.3 Número de trabalhadores

Na tabela 4.7, pode-se verificar que a variável número de trabalhadores não segue uma distribuição normal, pelo que se tem de utilizar testes não paramétricos.

Dado que o justo valor é uma variável dicotómica que define dois grupos independentes e o número de trabalhadores é uma variável quantitativa, utiliza-se novamente o teste de Mann – Whitney, considerando-se as seguintes hipóteses:

Ho: O número de trabalhadores é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor;

Ha: O número de trabalhadores não é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor.

Na Tabela 4.7, estão evidenciados os resultados obtidos através do teste de Mann – Whitney.

Tabela 4.7 Teste de Mann-Whitney - N.º total de trabalhadores.

N.º total de trabalhadores			
Estatísticas de teste:	Aplica JV AFT	Aplica JV ativos disponíveis p/ venda	Aplica JV Prop. Investimento
U de Mann-Whitney	76,000	456,000	39,000
Wilcoxon W	3646,000	609,000	900,000
Z	-5,604	-2,125	-5,570
Significância Sig. (2 extremidades)	,000	,034	,000

Existe evidência estatística para se afirmar que o número de trabalhadores não é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor nos ativos fixos tangíveis, nos ativos disponíveis para venda e nas propriedades de investimento. Nos ativos fixos tangíveis (U = 76,00; z = - 5,60; valor-p = 0,00) rejeita-se a Ho pois sig. = 0,00 < α = 0,05, para os ativos disponíveis para venda (U = 456,00; z = - 2,12; valor-p = 0,03) rejeita-se a Ho e para as propriedades de investimento (U = 39,00; z = - 5,57; valor-p = 0,00) como nas anteriores, rejeita-se a Ho.

Assim, conclui-se que o número de trabalhadores influencia a escolha como base de mensuração do justo valor.

4.4.1.4 Auditor

Com esta variável pretende-se verificar se tipo de auditor influencia a escolha do justo valor como método de mensuração.

Para isso utiliza-se o teste não-paramétrico de independência do Qui-Quadrado dado que se pretende testar se duas variáveis na amostra são independentes.

Para representar o tipo de auditor, criou-se uma variável dicotómica assumindo que o valor 1 é para as empresas que são auditadas por uma das *Big – Four* e o valor 0 caso contrário. As *Big – Four* representam *PricewaterhouseCoopers (PwC)*, *Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte)*, *KPMG* e *Ernst & Young (EY)*. (Teixeira, 2012) (WU & MORAIS, 2013).

Uma vez que se pretende verificar se o tipo de auditor está associado à utilização do justo valor como base de mensuração, foram definidas as seguintes hipóteses:

H₀: A aplicação do justo valor é independente do auditor, ou seja, não estão relacionados;

H_a: A aplicação do justo valor não é independente do auditor, ou seja, estão relacionados;

Tabela 4.8 Teste qui-quadrado ao tipo auditor.

Testes qui-quadrado ao tipo auditor						
Estatística de teste:	Aplica JV AFT		Aplica JV ativos disponíveis p/ venda		Aplica JV Prop. Investimento	
	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Teste Exato de Fisher	,273	,273	,554	,554	,292	,188

Os resultados obtidos pelo teste do qui-quadrado de independência estão evidenciados na Tabela 4.8.

Para um nível de significância de 5% não se rejeita H₀. Para os ativos fixos tangíveis, os ativos disponíveis para venda e as propriedades de investimento existe evidência estatística para se afirmar que a base de mensuração do justo valor e o tipo de auditor não estão relacionados, isto é, o auditor não influencia a utilização do método do justo valor.

4.4.1.5 Valor de mercado

O valor de mercado foi calculado da seguinte forma:

Valor de Mercado = Valor da cotação a 31/12/n x n.º de ações

Dado que se está a falar de uma variável com distribuição não normal (Tabela 4.9), utiliza-se o teste de Mann – Whitney.

Para tal definem-se as seguintes hipóteses:

H₀: O valor de mercado é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor;

H_a: O valor de mercado não é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor.

Na Tabela 4.9 estão evidenciados os resultados obtidos através do teste de Mann – Whitney.

Tabela 4.9 Teste de Mann-Whitney - Valor de mercado.

Valor de mercado			
Estatísticas de teste:	Aplica JV AFT	Aplica JV ativos disponíveis p/ venda	Aplica JV Prop. Investimento
U de Mann-Whitney	548,000	414,000	324,000
Wilcoxon W	3951,000	550,000	954,000
Z	-,668	-2,056	-,736
Significância Sig. (2 extremidades)	,504	,040	,462

Analisando os resultados obtidos verifica-se que para as empresas que aplicam o justo valor para os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento existe evidência estatística para se afirmar que o valor de mercado é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor nestes ativos. De facto, para os ativos fixos tangíveis com $U = 548,00$; $z = - 0,67$; $p\text{-valor-p} = 0,50$ e para as propriedades de investimento verifica-se que $U = 324,00$; $z = - 0,74$; $\text{valor-p} = 0,46$.

Em relação a aplicação ou não do justo valor nos ativos disponíveis para venda existe evidência estatística para se afirmar que o valor de mercado é diferente para estas

entidades. É o único caso em que se aceita a H_a , visto que $U = 414,00$; $z = - 2,06$; valor- $p = 0,04$, ou seja, $\text{sig} < \alpha = 0,05$.

4.4.1.6 Idade

Na Tabela 4.10 pode-se verificar que a variável idade apresenta segue uma distribuição normal pelo que também se vai utiliza um teste não-paramétricos.

H₀: A idade das entidades é igual para as entidades que apliquem ou não o justo valor;

H_a: A idade das entidades não é igual para as entidades que apliquem ou não o justo valor.

Tabela 4.10 Teste de Mann-Whitney – Idade.

Idade em 2016			
Estatísticas de teste:	Aplica JV AFT	Aplica JV ativos disponíveis p/ venda	Aplica JV Prop. Investimento
U de Mann-Whitney	594,000	623,000	98,000
Wilcoxon W	4422,000	794,000	1001,000
Z	-1,613	-1,036	-5,029
Significância Sig. (2 extremidades)	,107	,300	,000

Olhando para os resultados da tabela XX verifica-se que não existe evidência estatística para se afirmar que a idade das empresas seja diferente entre as entidades que apliquem ou não o justo valor nos ativos fixos tangíveis e ativos disponíveis para venda. Tem-se que $U = 594,00$; $z = - 1,61$; valor- $p = 0,10$, ou seja, $\text{sig} = 0,10 > \alpha = 0,05$ para os ativos fixos tangíveis. O mesmo acontece para ativos disponíveis para venda ($U = 623,00$; $z = - 1,04$; valor- $p = 0,30$). Para os ativos fixos tangíveis e os ativos disponíveis para venda não existe uma relação com a idade da empresa, ou seja, esta não influencia a utilização do justo valor.

No caso da aplicação do justo valor para as propriedades de investimento existe evidência estatística para se afirmar que a idade das empresas não é igual para as entidades que apliquem ou não o justo valor. Neste caso tem-se um resultado de Mann –

Whitney U = 98,00; z = - 5,03; p-Value = 0,00, ou seja, sig = 0,00 < α = 0,05, então aceita-se a Ha.

4.4.1.7 Introdução da IFRS 13

A IFRS 13 começou a ser aplicada para os períodos anuais com início após 1 de Janeiro de 2013, e tem como objetivo aumentar a consistência do justo valor. (IFRS 13, §1). Pretende-se verificar se a introdução desta nova norma influencia a escolha do justo valor como método de mensuração.

Como o objetivo é testar se duas variáveis na amostra são independentes, vai-se utilizar o teste não paramétrico de independência do Qui-Quadrado. A IFRS 13 foi introduzida a 1 de Janeiro de 2013, vai considerar então uma variável como sendo dicotómica assumindo o valor 1 para o ano 2013 e superiores, e o valor 0 para os anos inferiores a 2013.

Uma vez que se pretende verificar se a introdução da IFRS 13 influencia a utilização do justo valor como base de mensuração, foram definidas as seguintes hipóteses:

Ho: A aplicação do justo valor é independente da introdução da IFRS 13, ou seja, não estão relacionadas;

Ha: A aplicação do justo valor não é independente da introdução da IFRS 13, ou seja, estão relacionadas;

Tabela 4.11 Teste qui-quadrado à introdução da IFRS 13.

Testes qui-quadrado à introdução da IFRS 13						
Estatística de teste:	Aplica JV AFT		Aplica JV ativos disponíveis p/ venda		Aplica JV Prop. Investimento	
	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Teste Exato de Fisher	,603	,338	1,000	,584	1,000	,605

Analisando os resultados obtidos verifica-se que para os três casos não se rejeita a Ho.

Existe evidência estatística para se afirmar que a mensuração pelo método do justo valor nos ativos fixos tangíveis e a introdução da IFRS 13 não estão relacionados, ou seja, a

IFRS 13 não influencia esta base de mensuração nos ativos fixos tangíveis (valor-p = 0,603). O mesmo acontece para os ativos disponíveis para venda (p-value = 1,000) e para as propriedades de investimento (valor-p = 1,000), dado que $\text{sig} > \alpha = 0,05$.

Conclui-se assim, que não existe evidência estatística de que a introdução da IFRS 13 está associada à escolha de base de mensuração do justo valor nos ativos analisados.

4.4.2 Modelos empíricos

Para concretizar a segunda hipótese (fatores de natureza interna e externa são relevantes para a escolha do justo valor como base de mensuração), foi definido o seguinte modelo econométrico de regressão multivariada *logit* para dados em painel, uma vez que a variável dependente (APLIC_JV) é dicotómica, o que implica que apenas possa originar dois resultados finais (assume o valor um se a empresa aplicar o justo valor e zero em caso contrário). Esta variável foi utilizada em diversos estudos, designadamente Teixeira, (2012), Dinis, (2013).

Na Tabela 4.12 estão evidenciadas as variáveis definidas, assim como a relação que é esperada para os ativos fixos tangíveis, dado que o nosso modelo *logit* com dados em painel vai ser só aplicado para os ativos fixos tangíveis.

Tabela 4.12 Variáveis explicativas

	Relação Esperada
	Sub - Divisão
Factor	Ativos Fixos Tangíveis
Dimensão	Negativa
Internacionalização	Positiva
N.º de Trabalhadores	Positiva
Tipo Auditor	Negativa
Valor de Mercado	Negativa
Idade	Negativa
Introdução IFRS 13	Negativa

No nosso estudo, o modelo *logit* com dados em painel é só aplicado para os ativos fixos tangíveis, sendo definido da seguinte forma:

$$P(\text{APLIC_JV} = 1) = f(\beta_1 + \beta_2 \log(\text{N.º de Trabalhadores}) + \beta_3 \text{Internacionalização}).$$

Os resultados evidenciados na Tabela 4.12 que a seguir se apresentam dizem respeito aos resultados estimados para os fatores explicativos da probabilidade de adoção do critério do justo valor.

Tabela 4.13 Resultado do modelo *logit* com dados em painel

Variable	Coefficient	Std. Error	z-Statistic	Prob.
C	-23,53	5,29	-4,45	0.0000
Log(N.º Totaltrabalhadores)	2,06	0,49	4,18	0.0000
Internacionalização	3,96	1,48	2,68	0.0074

O teste de Wald (valor-p = 0,0001) e o teste máxima verossimilhança (valor-p=0,00) revelam que está perante um bom ajustamento. Neste caso, o valor do Pseudo-R² é de 0,557(Tabela 4.13).

Tabela 4.14 Teste de verossimilhança.

Estatísticas de teste:	
Prob(LR statistic)	0.000000
McFadden R-squared	0.557053

Os resultados do modelo mostram que as variáveis número total de trabalhadores e internacionalização são relevantes para explicar a variável dependente e ainda que ambas têm um efeito positivo na escolha do justo valor. Isto significa que à medida que estas variáveis aumentam espera-se uma maior probabilidade da empresa escolher o justo valor na mensuração de ativos fixos tangíveis

Tendo em conta as hipóteses em estudo e os resultados obtidos passamos a apresentar uma breve discussão dos mesmos frente à teoria.

Num modo geral o justo valor é utilizado como base de mensuração nas demonstrações financeiras das empresas analisadas. Contudo, o custo histórico continua a ser o método mais utilizado (Dinis, 2013). Na nossa amostra os ativos intangíveis em nenhuma das empresas se encontram valorizados ao justo valor, mas sim ao custo histórico. No seu estudo Teixeira, (2012) constatou que os ativos intangíveis eram na sua totalidade mensurada ao justo valor, resultado que confere com o nosso.

O reduzido número de observações nos ativos biológicos não permitiu uma análise estatística de modo a analisar os fatores que podem influenciar a utilização do justo valor, bem como as propriedades de investimento.

Assim, para verificar que fatores podem influenciar a utilização do justo valor vamos analisar a utilização destes nos ativos fixos tangíveis.

Relativamente à dimensão concluímos que não existe evidência estatística para se afirmar que a dimensão da empresa seja diferente entre as entidades que aplicam ou não o justo valor nestes ativos, ou seja, não existe uma relação entre elas. No estudo efetuado por Demaria & Dufour, (2007), estes concluíram que a variável dimensão não se assume significativa quando relacionada com a opção pelo justo valor ou com a seleção de políticas contabilísticas que aumentem os resultados. Por sua vez, os estudos efetuados por Quagli & Avallone (2010) e Teixeira (2012) mencionam que a opção pelo justo valor está negativamente relacionado com a dimensão. Pela nossa análise bivariada constatamos que a opção pelo justo valor nos ativos fixos tangíveis está negativamente relacionado com a dimensão, o que confirma os resultados mencionados anteriormente. As empresas de maior dimensão são as que divulgam mais informação sobre a base de mensuração do justo valor. (Wu & Morais, 2013)

A variável número de trabalhadores apresenta a existência de evidência estatística para se afirmar que esta não é igual para as entidades que aplicam ou não o justo valor. Pela nossa análise bivariada verificamos que existe uma relação positiva entre o número de trabalhadores e a aplicação do justo valor, ou seja, que o número de trabalhadores é um fator que influencia a utilização do método do justo valor. Também Teixeira, (2012) havia concluído que o número de trabalhadores era estatisticamente significativo entre as entidades, assim a variável número de trabalhadores surge positivamente relacionada

com a opção do justo valor. Esta justificou esta relação pela compensação entre o peso relativo desta componente nos resultados da empresa e, por outro lado, a melhoria relativa dos capitais próprios (ou dos resultados) por força da opção do justo valor.

Pelos resultados obtidos, conclui-se que o tipo de auditor não influencia a opção pelo critério valorimétrico do justo valor nos ativos analisados. Também Teixeira (2012) verificou que o tipo de auditor não influencia a opção pelo justo valor, apesar de na análise estatística à variável indicar que as diferenças entre os dois grupos eram estatisticamente significativas. Esta refere que isto pode acontecer devido ao facto de caber aos gestores a escolha das suas políticas contabilísticas e ao auditor apenas assegurar que a entidade está a transmitir uma imagem verdadeira e apropriada. No entanto, um estudo efetuado por WU & MORAIS (2013) verificou que as empresas auditadas pelas *Big-Four* são as que divulgam mais informação sobre o justo valor.

Relativamente ao valor de mercado, verifica-se que existe evidência estatística para se afirmar que o valor de mercado influencia negativamente a opção pelo justo valor para os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, ou seja, o valor de mercado não é um fator que influencia a utilização do justo valor para estes ativos. Contudo, existe evidência estatística para se afirmar que o valor de mercado influencia positivamente a opção pelo justo valor nos ativos disponíveis para venda. No estudo efetuado por Teixeira (2012) o valor de mercado apresentava a existência de evidência estatística para afirmar que o valor de mercado influencia negativamente a opção pelo justo valor nos ativos não financeiros assim como os ativos não correntes, ou seja, uma entidade com uma maior capitalização bolsista estará mais predisposta a adotar práticas mais conservadoras. Este fator poderá estar relacionado com a necessidade das entidades em reforçar a credibilidade e a solidez junto do mercado, transmitindo uma imagem de prudência e de fiabilidade da informação.

Relativamente ao fator idade, verifica-se que existe evidência estatística para se afirmar que não existe uma relação entre esta e os ativos fixos tangíveis mensurados ao justo valor. Assim sendo, o fator idade para este ativo não influencia a opção do justo valor como base de mensuração.

O fator em ênfase neste estudo é a introdução da IFRS 13 com início em 2013. O resultado obtido permite-nos afirmar que existe evidência estatística para afirmar que a mensuração pelo método do justo valor na amostra analisada não está relacionada.

Assim, concluímos que a introdução da IFRS 13 na nossa amostra não influenciou a aplicação como base de mensuração o justo valor, ou seja, o facto de esta norma ter como objetivo aumentar a consistência do justo valor, acreditando-se que esta podia diminuir a subjetividade não fez com que as empresas optassem por utilizar mais este método de mensuração.

Concluímos, através dos resultados do modelo *logit*, que as variáveis número total de trabalhadores e a internacionalização são relevantes para explicar a variável dependente. Assim, podemos referir que à medida que as variáveis aumentam espera-se uma maior probabilidade da empresa escolher o justo valor como base de mensuração para os ativos fixos tangíveis. De acordo com a Tabela 4.12, as variáveis número total de trabalhadores e a internacionalização com aplicação do justo valor apresentam uma relação positiva. Este resultado confere com o nosso, existe um efeito positivo entre as variáveis número total de trabalhadores e internacionalização e a escolha como base de mensuração do justo valor nos ativos fixos tangíveis.

5 Conclusão

Neste trabalho pretendeu-se desenvolver um estudo empírico, com o objetivo de analisar, com base nos relatórios de contas referentes ao período de 2010 a 2016, os fatores que influenciam as empresas do *Portugues Stock Index-20* a optar pelo critério do justo valor como base de mensuração, dando principal ênfase à introdução da IFRS 13 em Janeiro de 2013

Um dos objetivos definidos neste estudo consiste em perceber a utilização da base de mensuração do justo valor nas demonstrações financeiras pertencentes ao PSI-20. De um modo geral, verifica-se que a base de mensuração do justo valor é utilizada pelas empresas como base de mensuração. Contudo, observa-se que para a rubrica ativos intangíveis, as empresas da amostra utilizam sempre como base de mensuração custo histórico (100%). Já os instrumentos financeiros derivados no seu conjunto são mensurados pelo justo valor (100%). Na amostra, os ativos financeiros disponíveis para venda são os que evidenciam utilizar mais o justo valor (78,10%). Os ativos fixos tangíveis aplicam na sua maioria a mensuração pelo método do custo histórico (82,86%), utilizando só algumas o justo valor (17,14%). Da amostra verificou-se ainda que nem todas as empresas apresentavam na sua demonstração de posição financeira as variáveis, nomeadamente os Ativos Biológicos (78,10%) e as propriedades de investimento (40,00%). Contudo, as que apresentavam os ativos biológicos aplicavam na sua maioria o justo valor (15,28%) contra o custo histórico (6,67%), no que toca as propriedades de investimento a maioria é mensurado pelo método do custo histórico (40,00%) contra o justo valor (20,00) que tem uma percentagem menor.

Através da aplicação do modelo *logit*, analisou-se as variáveis número total de trabalhadores e a variável internacionalização para explicar se estes fatores influenciam as entidades na sua opção pelo justo valor como base de mensuração. Os resultados obtidos através deste, permite-nos concluir que as variáveis número total de trabalhadores e a internacionalização são relevantes para explicar a nossa variável dependente. Assim podemos referir que existe uma relação positiva entre estes.

6 Limitações e linhas de investigação futura

Considera-se que esta investigação contribui para o conhecimento na área da Contabilidade, mais concretamente do justo valor, dado que insere uma nova componente justificativa de práticas contabilísticas distintas, nomeadamente a introdução da IFRS 13 nas normas contabilísticas. Este estudo tem, certamente, limitações, pelo que as conclusões apresentadas devem ser analisadas com algumas reservas e interpretadas à luz das limitações que se reconhecem neste trabalho, particularmente, as que decorrem da reduzida dimensão da amostra. Os resultados obtidos não podem ser extrapolados para empresas de outros países, ou seja, os resultados estão limitados à realidade portuguesa.

Contudo, o tamanho da amostra constitui uma limitação mas, também, uma base de sugestão para o desenvolvimento de futuras investigações. Pois, uma amostra mais representativa, que seja capaz de conferir uma maior robustez à análise, pode permitir assim obter um outro alcance às conclusões a retirar. Para o estudo da relação entre os fatores que influenciam as opções contabilísticas, outros poderiam ser considerados. Seria interessante contudo, analisar os mesmos fatores para os ativos biológicos devido à nossa amostra ser muito reduzida não foi possível aplicar os testes estatísticos para estes ativos.

Relativamente a norma contabilística IFRS 13, seria interessante analisar quais os impactos que esta terá introduzido nas demonstrações financeiras e relatórios de contas de entidades com títulos cotados de outros países. Assim, como o grau de cumprimento das divulgações exigidas sobre o justo valor pela norma IFRS 13.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M. do C. G. (2003). RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA - ABORDAGEM TEÓRICA Maria do Céu Gaspar Alves (Email - Mceu_alves@yahoo.com) Universidade da Beira Interior Departamento de Gestão e Economia Muito tem sido escrito sobre a inadequação da informação contabilística, 361–370.
- António Borges, A. R. e R. R. (2010). *Elementos de Contabilidade Geral*. (Á. E. S.A., Ed.). Lisboa.
- Barreto, E., Murcia, F. D. R., & Lima, I. S. (2012). Impacto da mensuração a valor justo na crise financeira mundial: identificando a percepção de especialistas em economia e mercado financeiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 44–59.
- Barth, M. (2007). relevance of research Standard-setting measurement issues and the relevance of research, 4788(September). <https://doi.org/10.1080/00014788.2007.9730079>
- Barth, M. E. (2006). Including Estimates of the Future in Today's Financial Statements. *Accounting Horizons*, 20(3), 271–285. <https://doi.org/10.2308/acch.2006.20.3.271>
- Cairns, D., Massoudi, D., Taplin, R., & Tarca, A. (2010). IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *British Accounting Review*, 43(1), 1–21. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2010.10.003>
- Carlos, J., Sant, J., & Fernandes, A. (2015). THE RELEVANCE OF FAIR VALUE ACROSS COUNTRIES : FIRMS LISTED IN LISBON AND MADRID STOCK EXCHANGE. Obtido de http://www.cieo.pt/journal/J_1_2015/article6.pdf
- Carqueja, H. O. (2007). Teoria da Contabilidade – Uma interpretação –. *Polytechnical Studies Review*, IV(1), 007–040. Obtido de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n7/v4n7a02.pdf>
- Carroll, T. J., & Linsmeier, T. J. (1997). The Reliability of Fair Value versus Historical Cost Information: Evidence from Closed-End Mutual Funds. *Journal of*

- Accounting, Auditing & Finance*, 2.
- CFA Institute. (2007). *A comprehensive business reporting model - Financial reporting for investors. Report.*
- COMUNIDADES, A. C. DAS. (2008). REGULAMENTO (CE) N.º 1126/2008 DA COMISSÃO de 3 de Novembro. *Jornal Oficial da União Europeia*, (6).
- Demaria, S., & Dufour, D. (2007). First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies. *30 ème colloque de l'EAA*, 24p. Obtido de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00266189/document>
- Dinis, J. P. N. T. (2013). *O uso do Valor Justo na Mensuração dos Ativos Fixos.*
- Duque, J. (2008). Em defesa do justo valor. *Revista TOC*, 105, 34–35. Obtido de http://www.otoc.pt/downloads/files/1229698585_34e35_contabilidade.pdf 2014-02-17
- Ferreira, R. F. (2009). SERÁ O JUSTO VALOR MAIS JUSTO E MAIS PRÓXIMO DO CERTO? Rogério Fernandes Ferreira. *Revista TOC*, 105, 1–2. Obtido de http://www.infocontab.com.pt/download/revinfocontab/2009/39/Sera_justo_valor_mais_justo.pdf
- Guimarães, J. F. da C. (1998). História e teoria da contabilidade. *Jornal do Técnico de Contas e das Empresas*, 407.
- Ilídio Tomás Lopes. (2013). Os juízos de valor e os impostos diferidos. Em E. Almedina (Ed.), *O SNC e os Juízos de Valor uma perspectiva crítica e multidisciplinar* (pp. 141–168).
- Laux, C., & Leuz, C. (2009). The Crisis of Fair Value Accounting : Making Sense of the Recent Debate, (33).
- Machado, J. R. B. (1998). *Contabilidade Financeira (Da Perspectiva da Determinação dos Resultados)*. (A. P. de Contabilistas, Ed.).
- Pinto, J. A. P. (2013). Contabilidade e Justo Valor. Em E. Almedina (Ed.), *O SNC e os Juízos de Valor uma perspectiva crítica e multidisciplinar* (pp. 13–16).
- Quagli, A., & Avallone, F. (2010). Fair value or cost model? Drivers of choice for IAS 40 in the real estate industry. *European Accounting Review*, 19(3), 461–493.

- <https://doi.org/10.1080/09638180.2010.496547>
- Raul M. S. Laureano. (2011). *Teste de Hipótese com o SPSS - O meu manual de consulta rápida*. (Edições Sílabo, Ed.) (1^a).
- Rodrigues, J. (2016). *Sistema de Normalização Contabilístico - SNC Explicado*. (Porto Editora, Ed.) (6^a).
- Sá, A. L. de. (2008). «Justo valor» e crise nos mercados. *TOC*, 103, 32–33.
- Santos, E. S. (1998). *Objetivos da Contabilidade*.
- SEC, S. and E. C. (2008). Report and Recommendations Pursuant to Section 133 of the Emergency Economic Stabilization Act of 2008: Study on Mark-To-Market Accounting. *Exchange Organizational Behavior Teaching Journal*. Obtido de <https://www.sec.gov/news/studies/2008/marktomarket123008.pdf>
- SECRETARIA-GERAL, M. D. F.-, & MOD. (2015). Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, 1–48.
- Siekkinen, J. (2016a). Board characteristics and the value relevance of fair values. *Journal of Management and Governance*, pp. 435–471. Springer US. <https://doi.org/10.1007/s10997-016-9350-8>
- Siekkinen, J. (2016b). Value relevance of fair values in different investor protection environments. *ELSEVIER*, 40(1), 1–15. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2015.11.001>
- Sousa, A. P. (2011). *Custo Histórico versus Justo Valor*.
- Tavares, M., Boente, D., & Paulo, E. (2013). Valor justo: um estudo sobre a aplicação retrospectiva da IFRS 13 no setor bancário no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 12(3), 304–314. <https://doi.org/10.5329/RECADM.2013020>
- Teixeira, S. (2012). JUSTO VALOR COMO MÉTODO DE MENSURAÇÃO: OPÇÃO DAS EMPRESAS COTADAS NA EURONEXT LISBOA, 1–16.
- WU, X., & MORAIS, A. (2013). *DIVULGAÇÕES SOBRE O JUSTO VALOR POR PARTE DAS EMPRESAS COTADAS EM PORTUGAL*. Obtido de <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11408>